

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS AMBIENTES DE MONTANHA ARGENTINOS: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES PÚBLICAS¹

Sustainable rural development in argentine mountains environments: institutional policies and public actions

Amazile Lopez Netto*
Adriana Maria de Aquino**
Renato Linhares de Assis***

***Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - PMNF / Nova Friburgo, Rio de Janeiro**
amazile.lopez.n@gmail.com

****Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa / Nova Friburgo, Rio de Janeiro**
adriana.aquino@embrapa.br

*****Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa / Nova Friburgo, Rio de Janeiro**
renato.assis@embrapa.br

RESUMO

A Argentina encontra-se em segundo lugar entre os países com maior área montanhosa na América Latina; sendo o país reconhecido pelos altos picos encontrados nos Andes, como o Monte Aconcágua. Porém a maioria das montanhas argentinas encontra-se entre altitudes de 501 a 2.000 metros e estão localizadas em diversas ecorregiões, como Yungas, Monte de Sierras y Bolsones, e Puna. Os ambientes de montanha fazem parte da cultura argentina, destacando-se em sua história agroambiental, como em Quebrada de Humauaca. A Argentina ratificou convênios internacionais que podem ser considerados úteis na tutela dos ambientes de montanhas para a regulação de atividades que neles são desenvolvidas, destacando-se: Agenda 21; Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; Convenção sobre Diversidade Biológica; e Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Realizou-se revisão bibliográfica, análise crítica de dados secundários e entrevista aberta com membro do “Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina” (CDSM-Argentina), para refletir sobre políticas institucionais e ações públicas que podem afetar o desenvolvimento rural sustentável nos ambientes de montanha argentinos. O CDSM-Argentina é considerado pelas Nações Unidas exemplo a ser observado, com destaque para as ações públicas relacionadas ao turismo rural. Apesar de não existir no país legislação específica que apoie o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha, há legislação específica relacionada a conservação ambiental das altas, médias e baixas montanhas. Ações públicas voltadas aos sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais e denominações territoriais agroalimentares necessitam de maior atenção do governo argentino.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Multifuncionalidade. Turismo rural. Denominações territoriais agroalimentares. Sistemas agroflorestais. Pagamento por serviços ambientais.

ABSTRACT

Argentina is second among the countries with the highest mountainous area in Latin America; the country being recognized by tall peaks found in the Andes, such as Mount Aconcagua. But the majority of Argentine mountains lie between altitudes 501-2000 meters. These mountains are located in different ecoregions such as Yungas, Hill Sierras y Bolsones, and Puna. The mountain environments are part of Argentine culture, especially in its agricultural and environmental history, as in Quebrada de Humauaca. Argentina has ratified international conventions that may be considered useful in the protection of the mountains for the regulation of activities that are developed in these environments, especially Agenda 21; Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage;

The Convention on Biological Diversity; The United Nations Framework Convention on Climate Change. Held open critical analysis of secondary data and interviews with a member of the “*Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina*” (CDSM-Argentina) to reflect on institutional policies and public actions that may affect sustainable rural development in the Argentine mountain environments. Stands out among these public policies CDSM-Argentina considered by the UN example to be observed, and public actions related to rural tourism. Specific legislation relating to conservation of high, medium and low mountains; well as public actions concerning agroforestry systems, payment for environmental services and agrifood territorial designations require more attention from the Argentine government.

Keywords: Interdisciplinarity. Multifunctionality. Rural Tourism. Territorial Agrofood Denominations. Agroforestry Systems, Payment for environmental services.

1 INTRODUÇÃO

A Argentina localiza-se no Cone Sul da América do Sul, com 3.761.274 km² de superfície total. É o segundo maior país do continente em área territorial, terceiro em população, e o oitavo país do mundo em extensão territorial. De acordo com o Censo de 2010, a população argentina é de 40.117.096 habitantes. O Estado argentino organiza-se constitucionalmente como um modelo de democracia representativa republicana federal, onde convivem três níveis administrativos: governo federal; vinte e três províncias; e os municípios e a capital: “*Ciudad Autónoma de Buenos Aires*”. O país apresenta cinco regiões: Noroeste Argentino (NOA); Cuyo; Pampa; Noreste Argentino (NEA); e Patagônia (Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2013). A Argentina ocupa o 45º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano² (PNUD, 2011).

A Argentina é um país conhecido por suas montanhas, tendo assinado acordos internacionais que contemplam tanto a proteção de sua biodiversidade, como sua cultura; bem como tratados que incentivam o desenvolvimento sustentável dos territórios montanhosos.

O objetivo deste artigo é apresentar brevemente as características dos ambientes de montanha encontrados na Argentina; comentar sobre as ações do “*Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina*”, considerado exemplo de política institucional pelas Nações Unidas; e apresentar ações públicas, a nível federal, orientadas ao turismo rural, denominações territoriais agroalimentares, sistemas agroflorestais (SAF) e pagamento por serviços ambientais (PSA) em ambientes de montanha. Para alcançar esse objetivo foi realizada revisão bibliográfica, análise de dados secundários e entrevista aberta com representante de uma das instituições integrantes do Comitê, a “*Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos*”. A partir dessa narrativa apresenta-se reflexão sobre as políticas institucionais e as ações públicas citadas, que buscam promover o desenvolvimento rural sustentável nos ambientes de montanha da Argentina.

2 MONTANHAS NA ARGENTINA

A Cordilheira dos Andes é uma cadeia de montanhas localizada na face oeste da América do Sul, presente no território de sete países: Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. É a cordilheira mais extensa do planeta, com, aproximadamente, 7 500 quilômetros de comprimento (FAO, 2014).

Na Argentina o território andino ocupa uma superfície de 529.896 km², estende-se da região de NOA a Patagônia (19% da superfície continental) e apresenta o ponto culminante das Américas: o Monte Aconcágua, com 6959 metros. Nesse território vivem, aproximadamente, um milhão e quinhentos mil habitantes (COMITÉ PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE DE LAS REGIONES MONTAÑOSAS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 2011).

Na Argentina, exemplo notório da agropecuária montana tradicional é a atividade agrícola praticada em Quebrada de Humauaca, que se localiza no setor oriental da Cordilheira dos Andes, Província de Jujuy (NOA), em um profundo vale entre montanhas, ao redor do Rio Grande, em uma

extensão aproximada de cento e vinte quilômetros quadrados, onde a ecorregião Puna é marcante (REBORATTI, 1997).

Declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2003, Quebrada de Humauaca possui mais de dez mil anos de história de interação das sociedades indígenas andinas com o meio ambiente. Repetindo os rituais de seus ancestrais, até hoje os agricultores da região agradecem a “Mãe Terra” – Pachamama – os dons recebidos e pedem bem-estar para os novos ciclos de cultivo. (SCHULER, 2009). Apesar da pressão cultural, econômica e tecnológica externas, a população rural de Quebrada de Humauaca conservou e melhorou importantes cultivares nativos, tais como muitas variedades de batata, quinoa e milho. Isso possibilitou uma base genética de grande diversidade para a agricultura de subsistência encontrada na região (CONDESAN, 2011). Atualmente mais de 50% da população rural da região é de agricultores pertencentes a povos indígenas. Eles produzem principalmente milho, hortaliças e cultivos originários dos Andes como batata, oca e olluco. Em menor quantidade produzem frutas e flores e também criam ovinos, caprinos e bovinos (SCHULER, 2009).

Exemplo de pecuária de montanha tradicional na Argentina, que persiste até hoje, é a criação de lhamas e alpacas. Os povos pré-hispânicos da região de NOA, desde o século III até a queda do Império Inca, em 1480, sempre estiveram associados a criação desses animais (VICAM, 2011), atividade cuja tecnologia, com alto nível de sustentabilidade, foi estabelecida a partir do conhecimento popular indígena (RABEY, 1993).

Assim, a utilização dos espaços montanhosos para atividades agropecuárias faz parte da história argentina desde a época pré-hispânica. Essa história contribui para a visão de que existem possibilidades viáveis de desenvolvimento rural sustentável nos ambientes de montanha do país.

Destarte, apesar da Argentina ser conhecida por suas altas montanhas, as altitudes predominantes em seus ambientes de montanha situam-se entre 501 a 2.000 metros, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Proporção da superfície do território da República Argentina de acordo com a altitude

Altitude (metros)	Superfície continental (%)
0 – 100	23,90
101 – 200	21,02
201 – 500	19,35
501 – 2.000	25,45
2.001 – 6.959	10,28

Fonte: (INDEC, 2011).

As regiões montanhosas argentinas localizam-se nas seguintes ecorregiões³: Altos Andes; Puna; Chaco Serrano; Monte de Sierras y Bolsones, Bosques Patagônicos e Yungas, com vegetação característica, conforme Quadro 2.

Os Altos Andes, devido ao seu isolamento e clima rigoroso, representam ambientes relativamente pouco alterados. No século XX, ações do poder público argentino com a realização de obras de infraestrutura, iniciaram direcionamento desses espaços para o lazer e esportes, como pistas de esqui, e poucas instalações de mineração. Anteriormente, a região era utilizada apenas como campos de caça, principalmente de guanaco, e por pastores transumantes e viajantes ocasionais que transitavam pelos Andes desde o Chile.

A Puna não sofreu impacto de grandes concentrações de população ou implantação de sistemas produtivos intensivos. Tradicionalmente, criações de lhamas e vicunhas são encontradas na região. Atualmente também se encontram criações de ovinos e, em menor número, de caprinos. A grande mobilidade do manejo dos animais, inclusive a transumância estacional entre áreas com pastagens diferentes, e também a mobilidade diária, auxiliam na conservação dos ambientes.

Quadro 2 – Características das ecorregiões argentinas onde são encontrados ambientes de montanha

Ecorregião	Altitude (metros)	Vegetação predominante
Altos Andes	As altitudes mínimas variam segundo a latitude. Em geral a altitude mínima é > 3.500 metros, sendo que no sul chega à altitude mínima de 2.500 metros.	Rupestre e estepe tendo gramíneas como vegetação característica.
Puna	> 3.000	Estepe arbustiva
Chaco Serrano	500 – 1.800	Floresta xerófila
Monte de Sierras y Bolsones	400 – 3.000	Estepe arbustiva alta
Bosques Patagônicos	800 – 3.700	Floresta temperada úmida. Vegetação altoandina composta de pequenos arbustos e gramíneas.
Yungas	400 – 700	Selvas Pedemontanas, localizadas em região de transição, ao sopé das montanhas.
	700 – 1500	Selva Montana
	1.500 – 3000	Bosque montano

Fonte: BURKART et al, 1999; BROWN et al, 2006; COSACOV et al, 2008; KANDUS et al, 2008.

O Chaco, muitas vezes é lembrado, por suas áreas planas, mas também apresenta terrenos ondulados e de baixas montanhas, chamado Chaco Serrano. Neste se encontram, entre outras unidades de conservação, o Parque Nacional Quebrada del Condorito e a Reserva Provincial Pampa de Achala. Nas províncias de Tucumán, Salta e Jujuy também se observam áreas bem conservadas de Chaco Serrano. A vinicultura e a criação de caprinos e ovinos são exemplos antigos e ainda presentes, da agropecuária de montanha nessa região. A Bodega Colomé, fundada em 1831, localizada em Salta, está na região conhecida como “*Región de los Valles*” ou Cordilheira Oriental - entre as ecorregiões Puna e Chaco, e possui vinhedos a 3.111 metros de altitude, considerados os mais altos do mundo (BODEGA COLOMÉ, 2011).

A cultura da etnia indígena diaguita, comunidade que até o início da colonização espanhola, ocupava o Monte de Sierras y Bolsones, alcançou nível complexo no setor agrícola: irrigação para seus produtos principais (milho, feijão e abóbora); criação de lhamas; coleta de frutos e, ocasionalmente, caça. Com a colonização espanhola, o número de habitantes diaguitas diminuiu drasticamente, reduzindo-se a menos de 5% da população original. Parte da área do Monte de Sierras y Bolsones é ocupada atualmente por videiras, oliveiras, trigo, plantas aromáticas, algodão, fruticultura e olericultura, criação de gado bovino e caprino, entre outros.

Nos Bosques Patagônicos, o processo de colonização se baseou basicamente na exploração florestal e nas pastagens para o gado. Atualmente, devido ao turismo, a sociedade local percebeu a importância dos Bosques Patagônicos para a economia (BROWN, 2009).

As Yungas, nas áreas que apresentam relevo mais suave, a vegetação nativa foi substituída por uma agricultura intensiva, com o cultivo de cana de açúcar, tabaco, hortaliças e citros, entre outros, bem como pastagens para o gado. Áreas degradadas, poluição hídrica e atmosférica, compactação do solo, entre outros, são problemas recorrentes nessa região (RED YAGUARETÉ, 2013). O turismo, porém, tem contribuído para a conservação das Yungas remanescentes, localizadas, na sua maioria, em áreas com relevo mais íngreme. Nessas áreas, o setor de turismo utiliza as Yungas como atração, sendo chamadas de “*cara verde del Noroeste*” (BROWN, 2009).

Nas altas montanhas e, em menor escala, nas áreas das médias montanhas, a altitude, o clima e o difícil acesso contribuíram para a conservação do ambiente natural e do modo de vida dos povos indígenas, inclusive sua agricultura. Percebe-se que o turismo se tornou atividade econômica

representativa nessas áreas, onde a paisagem e a cultura são ferramentas estratégicas para atrair o turista.

A agricultura, integrada de forma sustentável com a paisagem, como no caso da viticultura praticada na Bodega Colomé, ou em Quebrada de Humauaca, também se tornou instrumento de atração turística. No entanto, nas áreas com relevo mais suave e clima mais ameno, de mais fácil acesso - como por exemplo, em algumas áreas onde as Yungas são encontradas - a agricultura intensiva ocupou praticamente todo o espaço, desaparecendo a agricultura praticada pelos povos mais antigos, assim como sua cultura; e onde problemas ambientais são evidentes.

A legislação argentina, a nível federal, não apresenta especificamente regras ou orientações para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha. Ressalta-se, porém, a *Ley 26.639 sobre “Régimen de Presupuestos Mínimos para la Preservación de los Glaciares y del Ambiente Periglacial”*, estabelecida com objetivo de preservar as geleiras como: reserva estratégica de recursos hídricos para o consumo humano e agricultura; provedoras de água para recarga das bacias hidrográficas; proteção da biodiversidade; base para pesquisa científica; e também como atração turística. Indiretamente essa lei fornece condições mínimas para a qualidade de vida – tanto nas terras altas, quanto nas terras baixas – quando promove a proteção dos recursos hídricos.

Verifica-se ainda que, apesar da ausência de legislação específica para ambientes de montanha, a Argentina ratificou acordos internacionais que podem ser considerados úteis na tutela dos ambientes de montanhas, possibilitando a regulação de atividades que neles são desenvolvidas. Entre os acordos destacam-se: Agenda 21; Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação; Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional, conhecida como Convenção de Ramsar; e a Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Nas baixas montanhas argentinas tornam-se necessárias ações efetivas para conciliar atividades econômicas, como por exemplo, a agricultura e o turismo, com a conservação do meio ambiente. A legislação poderá contribuir, entre outros fatores, para o desenvolvimento rural sustentável dessas áreas, orientando nas unidades de produção agrícola, por exemplo: conservação de matas ciliares; manutenção de área mínima preservada de floresta original; e boas práticas agronômicas adequadas aos ambientes de montanha.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS ARGENTINAS PARA OS AMBIENTES DE MONTANHA

A Argentina é signatária da Agenda 21 e da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), documentos elaborados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, conhecida como Rio 92, que abordam as montanhas em seu contexto. Nesse sentido, a criação do *Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina*, em 2005, foi uma ação para que as intenções estabelecidas nos documentos assinados na Rio 92 começassem a se concretizar.

No Comitê participam instituições governamentais e não governamentais que trabalham direta ou indiretamente com ambientes de montanha. Segundo a Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación (2010), as instituições governamentais integrantes do *Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina* são:

- *Administración de Parques Nacionales;*
- *Consejo Federal de Medio Ambiente;*
- *Comisión Nacional de Actividades Espaciales;*
- *Gendarmería Nacional; Ejército Argentino – Ministerio de Defensa;*
- *Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas;*
- *Instituto Nacional de Asuntos Indígenas;*
- *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria;*

- *Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto – Dirección General de Asuntos Ambientales;*
- *Ministerio del Interior (Secretaría de Provincias);*
- *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva;*
- *Ministerio de Educación; Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable (a cargo da Presidencia);*
- *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos (a cargo da Vicepresidencia);*
- *Secretaría de Turismo de la Nación;*
- *Secretaría de Cultura de la Nación (Dirección Nacional de Patrimonio y Museos - Instituto Antropológico Nacional);*
- *Secretaría de Minería; Servicio Geológico Minero Argentino (Dirección de Geología Ambiental y Aplicaciones);*
- *Subsecretaría de Planificación Territorial de la Inversión Pública; e*
- *Subsecretaría de Recursos Hídricos.*

Os integrantes do Conselho Assessor de Organizações Não Governamentais são:

- *Asociación Abuela Naturaleza;*
- *Asociación Civil Los Algarrobos;*
- *Asociación Civil Pro Patagonia;*
- *Centro Ambiental Argentino;*
- *Centro Andino de Desarrollo e Investigación Ambiental;*
- *Club Andino Bariloche;*
- *Ecos de la Patria Grande;*
- *Fundación Ambientis;*
- *Fundación Cambio Democrático;*
- *Fundación CEOS – SOL;*
- *Fundación Ecoandina;*
- *Fundación para el Desarrollo de la Patagonia;*
- *Fundación Pro Yungas;*
- *Fundación Programa Andes Tropicales;*
- *Fundación Proyectos Ambientales;*
- *Fundación Yuchan;*
- *Organización Argentina de Investigaciones Espeleológicas;*
- *Sol – Fundación para la Vida;*
- *Asociación para el Desarrollo Social – ADESCO; e*
- *Vicuñas, Camélidos y Ambiente – VICAM.*

O Comitê está subordinado a “*Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la República Argentina*”, e seu objetivo principal é ser uma instância de articulação e discussão de estratégias facilitadoras para a promoção do desenvolvimento sustentável nos ambientes de montanha argentinos. Seus objetivos específicos são: consolidar a capacidade institucional necessária para o desenvolvimento de atividades e iniciativas nas áreas montanhosas; fortalecer políticas de desenvolvimento sustentável; mobilizar recursos financeiros; contribuir para o fortalecimento institucional e de recursos humanos dos agentes envolvidos no tema montanhas; favorecer o diálogo e a difusão de informações, assim como a criação de redes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas montanhas. Os princípios básicos que orientam o trabalho do Comitê são: interdisciplinaridade e multiplicidade dos atores; distintos alcances (nacional, regional e local); e parceria envolvendo as múltiplas partes interessadas. As ações do Comitê se alinham aos Objetivos do Milênio da ONU e estão orientadas para: erradicar a pobreza extrema; garantir a sustentabilidade

do meio ambiente; e fomentar a associação mundial para o desenvolvimento. Os eixos temáticos que guiam as ações do Comitê são: meios de vida sustentáveis em ambientes de montanha; conservação do patrimônio natural e cultural; e consolidação da capacidade institucional das áreas montanhosas (AUDERO, 2010).

As principais atividades propostas pelo Comitê são: criar banco de dados de atividades que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável das montanhas; promover e difundir atividades culturais, científicas, sociais, econômica, recreativas, entre outras, vinculadas as montanhas; divulgar as ações do comitê, principalmente entre as comunidades montanhescas; gerar propostas sobre políticas participativas para o desenvolvimento sustentável das montanhas; buscar financiamento para projetos; avaliar projetos; criar subcomitês temáticos e comissões *ad hoc*; fomentar a criação de comitês regionais e provinciais de montanha; colaborar com pareceres para serem apresentados em foros regionais e internacionais sobre montanhas (ARGENTINA, SECRETARIA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE DE LA NACIÓN, 2010).

A primeira iniciativa marcante do Comitê foi a “*I Reunión Subregional Andina de la Iniciativa de los Andes*”, realizada em 2007 em *San Miguel de Tucuman*. De 2007 a 2012 representantes do Comitê participaram de seminários e congressos como a “*Reunión Internacional de los Paises del Sur de los Andes y Representantes de Esquemas de Montaña en Europa*”. No ano de 2011 organizou a nível nacional o concurso fotográfico: “*Argentina, Pais de Montañas*” (AUDERO, 2010). Em 2012, o Comitê coordenou, junto com o “*Instituto Geográfico Nacional*” (IGN) e “*Administración de Parques Nacionales*” (APN), a realização de cursos de capacitação, em nível inicial, sobre Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para instituições participantes do Comitê, e também cursos sobre sistemas físicos de zonas de montanha; cultivos andinos e agrobiodiversidade; e bacias hidrográficas nas montanhas (CONSEJO ASESOR DEL COMITÉ PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE DE LAS REGIONES MONTAÑOSAS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 2012).

A Argentina, representada pelo Comitê, participou do projeto regional de cooperação técnica “*Fortalecimiento de la Gestión Participativa para el Desarrollo Sostenible de los Andes*” promovido pela FAO. O Comitê, através dos recursos disponibilizados por esse projeto, elaborou, em 2011, o documento “*Diagnóstico nacional de las zonas montañosas de la República Argentina*”, que apresentou como objetivo realizar diagnóstico dos ambientes de montanha localizados no território andino (COMITÉ PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE DE LAS REGIONES MONTAÑOSAS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 2011). Apesar do título do documento levar a acreditar que é um diagnóstico de todas as montanhas argentinas, limita-se ao território andino do país. O próprio relatório esclarece sobre a necessidade de realizar ação direcionada para todas as montanhas argentinas, conforme a classificação de Kapos et al (2000), e não apenas para aquelas localizadas nos Andes. Entende-se, porém, que independentemente dessa limitação, o estabelecimento de referência de estudo das altas montanhas argentinas representa importante contribuição do Comitê.

A criação do Comitê é um marco porque demonstra que a esfera da alta cúpula do poder argentino nota a importância das montanhas para o país, e também toma iniciativa para cumprir a Agenda 21 e a CDB. O Comitê pode ser importante fórum de diálogo para levantamento dos problemas encontrados nos ambientes de montanha e também para possíveis soluções. No entanto atitudes concretas são necessárias para tornar realidade os objetivos específicos do Comitê, ações que não se limitem a realizar ou participar de eventos. A parceria com instituições, que promovam, por exemplo, cursos de capacitação para instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos em ambientes de montanha, é fator que poderá promover iniciativas que auxiliem no desenvolvimento sustentável dos ambientes de montanha argentinos.

O governo argentino não apresenta programas ou projetos específicos para o tema montanhas. Os programas ou projetos existentes em ambientes de montanha abordam assuntos colaterais como, por exemplo: ecologia; recursos hídricos; recursos florestais; mineração; agricultura;

turismo; saúde; educação; cultura, entre outros. Programas ou projetos direcionados especificamente ao turismo rural, denominações territoriais agroalimentárias e sistemas agroflorestais são aplicados basicamente, a nível nacional, pelo “*Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación*”, em conjunto ou através do “*Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria*”⁴ (INTA), órgão vinculado a este Ministério e, em algumas situações, com trabalhos relacionados ao turismo rural em parceria com o *Ministerio de Turismo de la Nación* (MINTUR) e, nas ações relacionadas a pagamento por serviços ambientais, em conjunto com a “*Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable*”.

A seguir serão apresentados exemplos de programas/projetos de turismo rural, denominações territoriais agroalimentares, pagamento por serviços ambientais e sistemas agroflorestais realizados em ambientes de montanha pelo governo argentino.

3.1 TURISMO RURAL

A atividade turística no meio rural começou a se destacar na Argentina no início do século XXI, quando se compreendeu em algumas comunidades com patrimônios naturais e culturais conservados, que com organização e cooperação o turismo poderia ser inserido como importante atividade econômica. Nesse contexto, as instituições públicas perceberam a multifuncionalidade do espaço rural e a tendência da pluriatividade. Isso gerou uma reorientação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, abordando as várias dimensões do território e a possibilidade de múltiplas atividades que podem ser realizadas, entre elas o turismo rural. Nesse período, turistas internos e estrangeiros começaram a demandar alternativas ao turismo convencional. Paralelamente, devido à crise econômica do país, os agricultores precisaram diversificar as fontes de entrada de recursos financeiros. Essas situações propiciaram a construção de alternativas, consolidando, paulatinamente, o turismo como atividade econômica importante no meio rural. Assim, o número de empreendimentos dedicados ao turismo rural, aos poucos foi aumentando, e atualmente se destacam no turismo rural argentino os circuitos dedicados a gastronomia (IICA, 2009).

O INTA impulsionou as primeiras experiências que surgiram na Argentina, apoiando ações de fomento ao turismo rural desde a década de 1990; mas foi a partir da implantação do “*Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable*” (ProFeder), em 2003, que cresceu o trabalho de fomento ao turismo rural por parte dessa instituição. A finalidade do programa é contribuir para a promoção da inovação tecnológica e organizacional, capacitação dos agentes do sistema e fortalecimento da competitividade sistêmica regional e nacional, apoiando o desenvolvimento territorial, em um âmbito de equidade social e sustentabilidade ambiental. Além desse trabalho vinculado ao ProFeder, a instituição também desenvolve o “*Proyecto Nacional de Turismo Rural*” (PRONATUR), projeto do “*Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación*” (MAGyP), executado dentro do “*Programa de Servicios Agrícolas Provinciales*” (PROSAP), contando com a parceria do MINTUR. O objetivo do PRONATUR é aumentar o volume de produtos turísticos, priorizando a participação ativa do setor privado, privilegiando as ações associativas, de forma a incorporar a atividade turística no setor rural. O INTA atualmente trabalha com mais de mil famílias no país desenvolvendo trabalhos direcionados a introdução ou o desenvolvimento do turismo rural (GUSTAVINO; ROZENBLUM; TRIMBOLI, 2010).

Nos programas governamentais argentinos, o turismo rural aparece como ferramenta estratégica para o desenvolvimento territorial, tendo como uma de suas propostas a valorização do patrimônio cultural local em suas dimensões econômica, sociocultural, institucional e ambiental. Na dimensão econômica, se observa a importância do valor agregado dos produtos originários do meio rural, fortalecendo as estruturas sociais locais, evitando assim o êxodo.

De acordo com Gustavino; Rozenblum; Trimboli (2010), verificam-se os seguintes aspectos positivos no setor de turismo rural na Argentina: recuperação da autoestima da população local com a revalorização da identidade; melhoria da qualidade de vida a partir de resgate de ofícios e atividades econômicas tradicionais; maior autonomia da atividade agropecuária em função da diversificação das

atividades econômicas; criação de fontes geradoras de trabalho e renda para mulheres e jovens, contribuindo para a diminuição do êxodo rural; conservação do ambiente; e implantação ou melhoria de infraestrutura, como estradas. Os mesmos autores destacam os seguintes aspectos negativos: alteração da paisagem devido à incorporação de infraestrutura inadequada; especulação imobiliária; uso inadequado do solo; aumento de resíduos sólidos; poluição do meio ambiente; e possibilidade de substituição gradual das atividades agrícolas por atividades de serviços, sem o correspondente fator produtivo de sustento.

Dentre os trabalhos realizados pelo governo federal relacionados ao turismo rural em ambientes de montanha, destacam-se as seguintes experiências: “*Red de Turismo Campesino – Valles Calchaquíes de Salta*”; Rota do Vinho de Rio Negro; e “*Campo Experimental Agroforestal del INTA Trevelín*” na Patagônia.

A “*Red de Turismo Campesino – Valles Calchaquíes de Salta*” (RTC) é formada por cerca de cinquenta famílias rurais provenientes de doze comunidades, entre camponesas e indígenas da região dos Vales Calchaquíes⁵, região montanhosa no sul da província de Salta, com altitude média de 1600 metros. A área das propriedades dessas famílias é de um a três hectares, com produção agropecuária em pequena escala. O turismo é atividade complementar, sendo que as atividades principais são, agropecuária e artesanato. Em 2004, algumas famílias iniciaram a reflexão sobre a possibilidade de desenvolver atividades do setor de turismo para complementação da renda. Durante aproximadamente dois anos, em reuniões mensais - refletindo sobre os possíveis impactos negativos e positivos do turismo – desenvolveram capacitação e planejamento e realizaram ações, como a construção de ferramentas de gestão local; organização territorial; oferta de produtos relacionados ao turismo rural comunitário; e a geração de produtos artesanais com preço justo. Para evitar a competição entre as doze comunidades, decidiram trabalhar em rede. Em 2008, formalizaram o trabalho associativo através da criação de uma cooperativa.

A RTC trabalha em um sistema de rotatividade, para garantir que todas as famílias da cooperativa recebam os turistas e vendam o artesanato. A RTC oferece passeios por roteiros turísticos determinados; alojamento familiar; gastronomia típica, como vinhos artesanais, e doces da região; artesanato em tecido, couro, madeira e cerâmica; vivências de trabalho no campo, como cuidar de cabras, cultivo de videiras e frutíferas, elaboração de produtos alimentícios, fabricação de peças artesanais de cerâmica, entre outros. Isto através de uma proposta de turismo rural comunitário, vivencial e intercultural; em um ambiente de vales e montanhas semiáridos, em sítios pequenos e simples. As reservas são realizadas com antecedência para que a RTC possa se preparar para receber o turista, e para que este tome ciência do Código Ético de Conduta. Nos preços estipulados pelos serviços e produtos já está incluído um valor para o fundo comum solidário. Assim, o turismo rural comunitário que a RTC oferece se orienta a partir dos seguintes princípios: comércio justo; turismo responsável; e trabalho associativo com identidade local.

O turismo gerou ações paralelas na RTC: recuperação da história local; busca da identidade compartilhada entre anciões e jovens; recuperação do trabalho comunitário; valorização das expressões culturais, como a arquitetura tradicional, gastronomia e festividades; valorização de sítios arqueológicos e responsabilidade por sua conservação; e valorização da mulher, devido a seu papel na cultura local e na coesão social.

Desde o início dos trabalhos da RTC existe o apoio de instituições governamentais, como: MAGyP; MINTUR; INTA; *Ministerio de Desarrollo Social de la Nación*; *Ministerio de Trabajo de la Nación*; *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Nación*; *Ministerio de Turismo y Cultura de la Provincia de Salta*; e os governos municipais de Cafayate, San Carlos, Animaná y Angastaco, municípios onde estão localizadas as comunidades participantes da RTC. A *Red* também recebe o auxílio financeiro ou logístico de outras instituições como: as Nações Unidas, através da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do UNDP, Embaixadas da Suíça e da Nova Zelândia; a empresa Gas Atacama; e a *Fundación Inter Americana* (RTC, 2013).

Outra experiência de destaque localiza-se na Província de Río Negro, onde é possível realizar um circuito pelas vinícolas da região, conhecida como *Ruta del Vino de Río Negro* (RVRN), área onde nasce o rio mais caudaloso da Patagônia. No *Alto Valle de Río Negro*, localiza-se a mais austral das regiões em que se produz vinho no mundo. Na região se combina a tradição centenária de produção de uvas, com condições naturais para a produção de vinhos de qualidade. Os integrantes da associação da RVRN são vinícolas, hotéis e a Associação Empresarial Gastronômica do Vale do Rio Negro. Em 2006 foi criada a associação civil que gerencia a RVRN, com os objetivos de: aperfeiçoar e promover a imagem do vinho, da uva, e da cultura produtiva gastronômica da região, através do desenvolvimento de estratégias turísticas integradas na RVRN; promover a utilização dos produtos da região no circuito da RVRN e de outros circuitos gastronômicos da Província de Río Negro; assegurar a qualidade dos vinhos, conforme o protocolo de qualidade aprovado pela associação; e facilitar a participação da associação em eventos para a promoção da RVRN.

As instituições que apoiam a RVRN são o MINTUR, o INTA e o *Ministerio de la Provincia de Río Negro*. O *Ministerio de la Provincia de Río Negro* foi à entidade que promoveu a ideia inicial do circuito. Na RVRN, os turistas podem participar de visitas guiadas nas vinícolas; degustação de vinhos; e cursos de gastronomia utilizando produtos da região. Segundo os participantes da RVRN, as maiores dificuldades iniciais foram: individualidade (dificuldade de trabalhar em grupo e o receio de parceria com os estabelecimentos concorrentes); desconhecimento sobre funcionamento do setor de turismo, inclusive ausência de qualificação profissional para trabalhar no setor; e por ser um circuito novo, tiveram que investir na divulgação para atrair os turistas, mas com o passar do tempo, as dificuldades foram minimizadas, sendo fundamental para isso o comprometimento dos associados com os objetivos da RVRN (RODIL; ALEMANY, 2010).

Na terceira experiência destacada, localizada em Trevelin, província de Chubut, o INTA conta com um campo experimental de três mil hectares, com montanhas e florestas, onde são desenvolvidas atividades agrícolas, pecuárias e florestais. Como exemplo dessas atividades tem-se: manejo florestal sustentável; sistema silvopastoril com ovinos; viveiros de espécies florestais nativas; processamento e tratamento de madeira; produção bovina; produção de flores e frutas, entre outras. O INTA, com cobrança de ingresso, possibilita a visita de turistas, que utilizam trilha interpretativa para conhecer o campo experimental. O passeio demora aproximadamente uma hora e trinta minutos. Inicialmente os visitantes recebem folhetos, para em seguida realizarem visita autoguiada com apoio de placas explicativas (INTA, 2013). Nessa forma diferenciada de turismo rural, o INTA utiliza a educação ambiental como ferramenta para apresentar aos turistas práticas agrícolas sustentáveis em ambientes de montanha. Entende-se que esta experiência pode ser replicada em propriedades rurais de todo o país, utilizando-se trilhas interpretativas, com apoio, ou não, de guias locais capacitados.

3.2 DENOMINAÇÕES TERRITORIAIS AGROALIMENTARES

Na Argentina as denominações territoriais (DT) – indicação geográfica e denominação de origem – contemplam apenas produtos agrícolas e alimentícios. O órgão concedente do registro e responsável pela emissão do selo das DT é o MAGyP, que também possui a incumbência de fiscalizar e controlar o sistema. A Argentina adota dois sistemas de certificação, sendo um para os vinhos e outro para os demais produtos agroalimentares. Em uma lista com as Indicações Geográficas já reconhecidas desde 2002 e divulgada pelo Instituto Nacional de Vitivinicultura da Argentina, é possível contar mais de oitenta registros (INV, 2012). Para os demais produtos agroalimentares, há somente dois registros reconhecidos: o “*Chivito criollo del Norte Neuquino*” e o “*Salame de Tandil*”, ambos como Denominação de Origem e respectivamente situados nas províncias de Neuquén e Buenos Aires (GUEDES; SILVA, 2011).

O primeiro enunciado específico na Argentina ocorreu em 1999 para os vinhos (Lei nº 25.163), enquanto que para os demais produtos agroalimentares isso deu em 2000 (Lei nº 25.380), com modificação posterior em 2004 (Lei nº 25.966). O Decreto 556/2009 regulamenta a Lei nº

25.380 e a Lei nº 25.966, que estabelecem o “*Régimen Legal para las Indicaciones de Procedencia y Denominaciones de Origen de Productos Agrícolas y Alimentarios*”, onde se constitui o regime legal para as Indicações Geográficas e as Denominações de Origem de produtos agroalimentares da Argentina. A Lei nº 25.380, promulgada em 9 de janeiro de 2001, definiu Indicação Geográfica como aquela que identifica um produto como originário de um determinado território ou determinada região desse território, quando determinada qualidade e outras características do produto são atribuídas fundamentalmente a sua origem geográfica. Essa mesma lei definiu Denominação de Origem, relacionando-a com o nome de uma região, província, departamento, local ou área de um território que designa a origem de um produto, e cujas características se devem ao meio geográfico, compreendendo fatores ambientais e humanos (ARGENTINA, 2011).

O INTA estabelece a relação produto-território e, principalmente através do “*Instituto Tecnología de Alimentos*”, desenvolve trabalhos de valorização de produtos com identidade regional, compreendendo os determinantes territoriais (componentes culturais; técnicas expressas através dos saberes; práticas individuais e coletivas nas diferentes lógicas de funcionamento dos atores envolvidos na elaboração do produto agroalimentar), o INTA propõe a construção de estratégias de valorização do produto junto aos atores locais. Isso porque, muitas vezes, estes não valorizam seus saberes, inclusive os relacionados a seus produtos tradicionais. As estratégias de intervenção se baseiam geralmente no acompanhamento de processos com o objetivo de resgate e valorização dos produtos territoriais. Esse processo requer a articulação de diversas ciências, como as sociais e as agrárias. Os trabalhos de pesquisa e intervenção compreendem entender o conceito da qualidade integral do produto típico, os aspectos objetivos e simbólicos dos mesmos e viabilizar possíveis processos de inovação técnica, sem alterar o produto. Exemplo de trabalho desenvolvido nesse sentido em ambientes de montanha foi a Denominação de Origem “*Chivito Criollo del Norte Neuquino*”, aprovada em 2010.

A região da Denominação de Origem “*Chivito Criollo del Norte Neuquino*” localiza-se ao Norte da Província de Neuquén (Patagônia), com altitude entre 600 e 2.400 metros. Aproximadamente, 1.500 famílias de pequenos agricultores, denominados localmente de “*crianceros*” criam a raça caprina “*criolla neuquina*”, em uma área aproximada de 25000 km². Essa criação é herança dos Pehuenches, antigo povo indígena montanhês que povoava a região (INTA, 2010). Além da raça específica a criação apresenta características próprias: transumância; pastoreio extensivo sobre pastagens naturais; manejo estacional de “*piños*”; e vínculo entre os “*crianceros*” e seus animais. Estes elementos associados ao conhecimento acumulado através do tempo como herança dos antepassados, são a essência do saber local dos “*crianceros*” que possibilitam um produto típico: o “*Chivito Criollo del Norte Neuquino*”, com dois tipos de produtos que se diferenciam, em função da alimentação, estratégia de criação e peso de abate, como: “*chivito mamón*”, que é abatido entre 45 e 120 dias de vida, alimenta-se só de leite materno e não realiza viagens; e “*chivito de verenada*”, que é abatido entre 120 e 180 dias de vida, alimenta-se de leite e pasto e se desloca pelo território de acordo com a época do ano - transumância (SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA, 2013).

A Denominação de Origem “*Chivito Criollo del Norte Neuquino*” incentiva o agricultor montanhês a resgatar a cultura e a história da região, de forma a ter orgulho dessa vivência e de suas raízes. Nessa região existe uma identidade comum construída em função dos usos do espaço e do modo de circulação da comunidade (CENTENO, 2007). O processo de produção e elaboração baseia-se em saber local e preservação do patrimônio cultural local, tangível ou intangível, além de dar continuidade a tradições e costumes ancestrais. Sua promoção através de denominações territoriais agroalimentares pode gerar a valorização do ser humano, melhoria da qualidade de vida, comercialização do produto em nichos diferenciados de mercado contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

3.3 SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Dentre os sistemas agroflorestais⁶, os sistemas silvipastoris (SSP) são a modalidade de uso mais frequente no país, sendo utilizados principalmente por pequenos produtores de regiões com florestas. A *Ley Nacional 26331* (ARGENTINA, 2007) protege as florestas nativas e possibilita o uso de SSP, manejados de forma sustentável, em florestas com restrição de uso.

Em relação ao uso de SSP em ambientes de montanha podem ser destacados projetos, que estão em fase de implantação, desenvolvidos pelo MAGyP e INTA.

No “*Proyecto Manejo Sustentable de los Recursos Naturales*” do MAGyP, existe o subprojeto “*Módulos silvopastoriles experimentales*” que tem como objetivo promover a adoção de SSP de forma a estabelecer: alternativa para diversificar a produção, aumentar a rentabilidade e estabilidade econômica; gerar informações acerca do sistema, tendo em vista questões produtivas, econômicas, e ambientais em escala real; e capacitar recursos humanos para trabalhar com sistemas silvipastoris nas regiões abrangidas no subprojeto. Os módulos silvipastoris são desenvolvidos em propriedades rurais representativas da região, e no caso dos ambientes de montanha, o projeto piloto encontra-se em Huiliches, Neuquén, na Patagônia. A pesquisa, em andamento, em região com coníferas, se propõe a comparar o pastoreio de gado bovino convencional, com sistema de manejo da pastagem, em função da produção sazonal de forragem, nos ambientes disponíveis (MAGyP, 2013).

No norte de Neuquén existem conflitos de interesse entre reflorestadores de *Pinus ponderosa* e pastores transumantes da região conhecida como Pré-cordilheira. O INTA estuda possíveis interações do consórcio *Pinus ponderosa* – pastagem – gado caprino e bovino, que poderá amenizar a situação de conflito. Em ambientes de montanha, a instituição também tem como objeto de pesquisa, a floresta nativa chaqueña e patagônica. Nesses casos específicos existe especial interesse de pesquisa sobre aspectos que condicionam a sustentabilidade ambiental e a capacidade produtiva, considerando-se a *Ley Nacional 26331*. Nessa situação, os SSP propostos devem se adequar as restrições impostas pela legislação ao uso dos recursos, observando-se a preservação da estrutura e funcionalidade da mata nativa.

Na região dos Bosques Andino-Patagônicos, a utilização de SPP é generalizada, apresentando como principais características: manejo extensivo e contínuo da floresta e das pastagens associadas sem técnicas adequadas. Nessa região o regime de posse da terra é variado, ocorrendo propriedades particulares, áreas de comunidades Mapuche, áreas públicas, reservas provinciais e parques nacionais, contribuindo assim para a diversidade de atores envolvidos. Nos Bosques Andino-Patagônicos, o INTA desenvolve um projeto que apresenta como objetivos: gerar informações complementares sobre aspectos produtivos e sociais; adaptar técnicas e conhecimentos que possibilitem o melhoramento da produtividade e da sustentabilidade dos sistemas localizados na Cordilheira dos Andes; e facilitar a incorporação de tecnologias adequadas às características ambientais e sociais dos SSP, como parte do processo de transferência de tecnologia.

Em um país de grande extensão, como é o caso da Argentina, com forte presença da pecuária na economia, grande biodiversidade, e a presença de altas, médias e baixas montanhas; torna-se necessário à implantação de número maior de projetos de pesquisa sobre SSP, existindo, portanto, campo de trabalho para uma unidade do INTA específica para pesquisa e extensão do tema SAF.

3.4 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

O pagamento por serviços ambientais encontra-se incipiente na Argentina. Em 2010, a “*Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable*” em parceria com as Nações Unidas e o INTA, financiado pelo “*Fondo para el Medio Ambiente Mundial*” criou o Projeto “*Establecimiento de Incentivos para la Conservación de Servicios Ecosistémicos de Importancia Global*”; também denominado “*Pago por Servicios Ecosistémicos PSE*”. O Projeto é o primeiro do gênero no país. Através de implantação e análise de mecanismos de PSA, possíveis de serem replicados em diferentes

escalas, o projeto se propõe a garantir proteção em longo prazo dos ecossistemas argentinos e também dos serviços que fornecem. Espera-se alcançar: a expansão do acervo de conhecimento relacionado a serviços ecossistêmicos; ampliar e reforçar as informações sobre operações efetivas de diferentes esquemas de PSA, através de demonstrações de campo; fortalecer os recursos humanos das províncias para levar os esquemas piloto de PSA a nível local; e estabelecer marco facilitador para estender, por todo o país, as experiências exitosas. Entre os projetos pilotos, encontra-se em ambientes de montanha o de Jujuy, na bacia hidrográfica Perico-Manatiales (INTA, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário o governo argentino incorporar em suas ações públicas as altas, médias e baixas montanhas, criando políticas públicas diferenciadas para esses ambientes. Observa-se que legislação específica voltada ao desenvolvimento sustentável das montanhas argentinas também se faz necessária. Exemplos da União Europeia, como leis que delimitem áreas desfavorecidas e de montanhas e que as apoiem através de ações públicas, poderão ser analisadas.

Programas inspirados em ações bem-sucedidas, como os trabalhos desenvolvidos em Quebrada de Humauaca, na “*Red de Turismo Campesino*”, “*Ruta del Vino de Río Negro*”, a Denominação de Origem “*Chivito criollo del Norte Neuquino*” – poderão gerar emprego, renda e qualidade de vida nos ambientes de montanha argentinos. A conscientização das comunidades sobre a importância de seu modo de vida; resgate da cultura local e da autoestima do povo são ferramentas para o sucesso desses programas. O turismo pode valorizar os alimentos de determinada região, facilitando a compreensão do alimento como valor cultural de determinada sociedade e por consequência, o trabalho de todos os agentes que auxiliaram na sua produção, inclusive os agricultores. Essa valorização poderá possibilitar a maior diversidade gastronômica das comunidades, e a criação de nichos de mercado para a comercialização de produtos agroalimentares típicos que poderão receber certificação.

SAFs podem colaborar para a recuperação de áreas degradadas, e também na recuperação da paisagem, e constituir-se como importante atrativo para o turismo rural. A geração de emprego e renda dos SSP argentinos poderá contribuir para a diversificação da economia dos pequenos agricultores. Também poderão ter importante papel em PSA devido a sua contribuição em serviços ecossistêmicos na medida que mecanismos desse tipo considerem os SSP como ferramentas no desenvolvimento de ações públicas conservacionistas em territórios montanhese.

Programas de PSA, a nível nacional, são incipientes na Argentina, inclusive em ambientes de montanha, mas poderão auxiliar na conservação do meio ambiente, na provisão dos serviços ecossistêmicos e auxiliar na conservação da paisagem contribuindo também para o turismo rural.

A atuação do INTA destaca-se nos trabalhos de pesquisa e extensão tanto no setor de turismo rural, denominações agroalimentares, SAF e no *Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina*. O fortalecimento da instituição nos ambientes de montanha é fundamental para a implantação de políticas institucionais e ações públicas na Argentina.

Exemplo de política institucional é o *Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la República Argentina*; fórum de diálogo nacional envolvendo as diversas instâncias governamentais e organizações não governamentais que trabalham diretamente em ambientes de montanha. Este fórum merece ser replicado a nível regional e de províncias, facilitando futuras parcerias para a implantação de políticas institucionais e ações públicas. A elaboração do “*Diagnóstico nacional de las zonas montañosas de la República Argentina*” é referencial de estudo para as montanhas localizadas no território andino. Documentos semelhantes são necessários para montanhas localizadas em outras regiões. Cursos de capacitação promovidos pelo Comitê podem ser ampliados e mais difundidos através dos territórios montanhese. Ações práticas como elaboração de diagnósticos, cursos de capacitação e fomento a criação de comitês regionais e provinciais poderão possibilitar o desenvolvimento rural sustentável dos ambientes de montanha argentinos.

As altas montanhas argentinas são privilegiadas, comparando-se com as médias e baixas montanhas, no que tange as políticas públicas direcionadas as atividades de turismo rural, produtos agroalimentares típicos, SAFs e PSA. Ações públicas são necessárias para que o patrimônio dos ambientes das médias e baixas montanhas argentinas não se perca. Exemplos de sucesso, encontrados nas regiões das altas montanhas, poderão ser objeto de reflexão para os gestores das médias e baixas montanhas argentinas; para que promovam o desenvolvimento rural sustentável desses ambientes, considerando suas características diferenciadas.

A conservação das paisagens das montanhas argentinas é base para a continuidade de sua cultura milenar, que assim poderá gerar recursos através de atividades de turismo rural, produtos agroalimentares típicos, SAFs e PSA, possibilitando dessa forma, a partir de uma visão interdisciplinar e da multifuncionalidade dos espaços rurais, a promoção do desenvolvimento sustentável nos ambientes de montanha no país.

NOTAS

¹ Parte integrante da tese de doutorado da primeira autora.

² A medida é utilizada para listar os países pelo seu grau de desenvolvimento humano, os dados são compostos considerando a expectativa de vida, educação e renda (PNUD, 2011).

³ Ecorregião: conjunto de comunidades naturais geograficamente distintas, que compartilham a maioria de suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, além de condições ambientais similares, que são fatores críticos para a manutenção a longo prazo de sua viabilidade.

⁴ Instituição vinculada ao “*Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación*”.

⁵ Os Valles Calchaquíes são um sistema de vales e montanhas localizadas em NOA, estendem-se de Norte a Sul por cerca de 520 quilômetros, pela província de Salta, pelo extremo oeste da província de Tucumán e pela região noroeste da província de Catamarca.

⁶ Os tipos de sistemas agroflorestais são: agrossilviculturais, agrossilvipastoris; silvipastoris e sistemas de enriquecimento de capoeiras com espécies de importância econômica.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Ley Nacional 26331**. Bosques Nativos. 2007. Disponível em: <<http://www.medioambiente.sanluis.gov.ar/MAmbienteWeb/Contenido/Pagina3/File/Ley%20PPM%2026331%20Bosques%20Nativos.pdf>>. Acesso em: 6 set. de 2013.

ARGENTINA. **Ley 26.639 Régimen de presupuestos mínimos para la protección de los glaciares y del ambiente periglacial**. 2008. Disponível em: <http://www.mpf.gov.ar/biblioteca/newsletter/n259/ley_26639.pdf>. Acesso em: 28 out. de 2011.

AUDERO, S. **Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca - Relatório de Actividades Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones Montañosas de la Republica Argentina**. 2010. 2 p.

BODEGA COLOMÉ. **BODEGA COLOMÉ**. Disponível em: <<http://www.bodegacolome.com/spanish/home.htm>>. Acesso em: 7 mai. de 2011. 137.

BROWN, A.; ORTIZ U. M., ACERBI, M., CORCUERA, J. (Eds.). **La situación ambiental Argentina 2005**. 1ª ed. - Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2006. 587 p. Disponível em: <http://www.vidasilvestre.org.ar/sala_redaccion/opublicaciones/?2340/La-Situacin-Ambiental-Argentina-2005>. Acesso em: 7 mai. de 2011.

BROWN, A. **Bosques nativos de Argentina**. Seguimos lamentando lo perdido o vemos que hacemos com lo que tenemos? Congreso Mundial Forestal. Buenos Aires. Argentina. 5p. 2009. Disponível em: <<http://www.proyungas.org.ar/publicaciones/pdf/cartillaBOSQUESNATIVOS.pdf>>. Acesso em: 6 set. de 2013.

BURKART, R.; BÁRBARO, N. O.; SÁNCHEZ, R. O.; GÓMEZ, D. A. **Ecorregiones de la Argentina**, Buenos Aires, Administración de Parques Nacionales, 1999. Disponível em: <http://www.sib.gov.ar/archivos/Eco-Regiones_de_la_Argentina.pdf>. Acesso em: 19 abr. de 2011.

CENTENO, M. P. **Estudio de caso: “Chivitocriollo del Norte Neuquino”** Chos Malal, Neuquén – Patagonia, Argentina. 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/olq/documents/Santiago/Documentos/Estudios%20de%20caso/Chivito/Chivito_Argentina.pdf>. Acesso em: 7 out. de 2011.

COMITÉ PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE DE LAS REGIONES MONTAÑOSAS. **Diagnóstico Nacional de las Zonas Montañosas**. 2011. Disponível em: <http://www.anida.gob.ar/prototipo_v2/index.php?option=com_content&view=article&id=176&Itemid=694>. Acesso em: 20 mai. de 2011.

CONDESAN. **Consortio para el Desarrollo Sostenible de la Ecorregión Andina**. 2011. Disponível em: <www.condesan.org/jujuy/quebrada2.htm>. Acesso em: 19 fev. de 2011.

CONSEJO ASESOR DEL COMITÉ PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE DE LAS REGIONES MONTAÑOSAS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Sítio web del Consejo Asesor de Ongs del Comité para el Desarrollo Sustentable de lãs Regiones Montañosas de La República Argentina**. 2012. Disponível em: <<http://www.xn--montaasargentinas-jxb.org.ar/>>. Acesso em: 9 nov. de 2012.

COSACOV, A.; NATTERO, J.; COCUCCI, A. A. Variation of Pollinator Assemblages and Pollen Limitation in a Locally Specialized System: The Oil-producing *Nierembergia liniifolia* (Solanaceae). **Annals of Botany**. (2008) 102(5): 723-734 first published online September 2, 2008 doi:10.1093/aob/mcn154 Disponível em: <<http://aob.oxfordjournals.org/content/early/2008/09/02/aob.mcn154.full.pdf>>. Acesso em: 7 mai. de 2011.

FAO. **Cordillera de Los Andes**, una oportunidad para la integración y desarrollo de América del Sur. 2014. Disponível em: <www.fao.org/publications>. Acesso em: 01 mai. de 2017.

GUSTAVINO, M; ROSENBLUM, C.; TRIMBOLI, G. **El turismo rural in INTA**. 2010. Disponível em: <<http://inta.gob.ar/documentos/el-turismo-rural-en-el-inta/>>. Acesso em: 27 mai. de 2013.

GUEDES, C. A. M.; SILVA, R. **Seminário Denominações Territoriais Agroalimentares, Políticas e Gestão Social: Argentina, Brasil e a experiência espanhola no contexto europeu**. 2011. Disponível em: <<http://www.idrseminario.com.ar/seminarios-1>>. Acesso em: 30 nov. de 2011.

IICA. **Turismo rural em Argentina**: concepto, situación y perspectivas. 2009. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B1558e/B1558e.PDF>. Acesso em: 01 mai. de 2017.

INDEC - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. 2011. **Geografía**. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/>. Acesso em: 3 mai. de 2011.

INTA. **Revista Presencia**. Nº 55. Agosto 2010. p.46-47. Disponível em: <http://www.inta.gov.ar/bariloche/info/pres/presencia55.htm>. Acesso em: 7 out. de 2011.

INTA. **Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria**. Disponível em: <http://inta.gob.ar/>. Acesso em: 7 set. de 2013.

INV - **Instituto Nacional de Vitivinicultura da Argentina**. 2012. Disponível em: http://www.inv.gov.ar/inv_contenidos/pdf/estadisticas/anuarios/2012/superficie/Registro.pdf. Acesso em: 2012.

KANDUS, P.; MINOTTI, P.; MALVÁREZ, A. I. Distribution of wetlands in Argentina estimated from soil charts. **Acta Scientiarum**. Biological Sciences, vol. 30, núm. 4, 2008, pp. 403-409. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1871/187116040008.pdf>. Acesso em: 7 mai. de 2011.

KAPOS, V.; RHIND, J.; EDWARDS, M.; PRICE, M.F.; RAVILIOUS, C. Defining mountain regions. 2000. In: UNEP-WCMC (World Conservation Monitoring Centre), 2002: **Mountain Watch**: environmental change & sustainable development in mountains. Cambridge, UK. Disponível em: www.unep-wcmc.org/mountains/mountain_watch/pdfs/. Acesso em: 17 ago. de 2010.

PNUD. **IDH 2011 cobre número recorde de 187 países e territórios**. 2011. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2589>. Acesso em: 20 jun. de 2013.

RABEY, M. A. Conocimiento popular, recursos naturales y desarrollo: el caso de los Andes Argentinos. In: **El uso de los recursos naturales em lãs montañas**: tradición y transformación. RABEY, Mario A (Editor). Editora Oficina Regional de Ciencia para América Latina y el Caribe - UNESCO – Montevideo. 1993. Edição na internet, 2004. Disponível em: <http://cdam.minam.gob.pe/publielectro/recursos%20naturales/recursosnaturalesmontanas.pdf>. Acesso em: 18 fev. de 2011.

REBORATTI, C. Puna, quebradas y valles. In: **De hombres y tierras una historia ambiental del Noroeste Argentino**. REBORATTI, Carlos (Compilador). Proyecto Desarrollo Agroforestal en Comunidades Rurales del Noroeste Argentino. Salta, Argentina. 1997, p. 137-147.

RED YAGUARETÉ. **Las Yungas**. 2013. Disponível em: <http://www.redyaguarete.org.ar/regiones-tigreras/yungas/>. Acesso em: 14 jan. de 2013.

RODIL, D.; ALEMANY, C. **La ruta del vino**. Una experiencia asociativa innovadora en la Patagonia. 2010. Disponível em: <http://inta.gob.ar/documentos/la-ruta-del-vino.-una-experiencia-asociativa-innovadora-en-la-patagonia/>. Acesso em: 27 mai. de 2013.

RTC - **Red de Turismo Campesino**. Disponível em: <http://www.turismocampesino.org/>. Acesso em: 17 jun. de 2013.

SCHULER, D. **Transformações locais das relações sociais num Patrimônio da Humanidade: o caso da Quebrada de Humahuaca, Jujuy/Argentina**. 2009. 101 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/20673/1/denise%20schuler_dissertacao%20mestrado.pdf>. Acesso em: 12 mai. de 2011.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y PESCA. **Chivito Criollo del Norte Neuquino**. Disponível em: <<http://www.minagri.gob.ar/site/index.php>>. Acesso em: 2 fev. de 2013.

SECRETARIA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE DE LA NACIÓN. **Comité para el Desarrollo Sustentable de las Regiones de Montaña de la República Argentina**. Disponível em: <<http://www.ambiente.gov.ar/?idseccion=169>>. Acesso em: 18 abr. de 2010.

VICAM. **La gente de la Puna y los camélidos**. 2011. Disponível em: <<http://www.vicam.org.ar/genteycamelidos.htm>>. Acesso em: 21 fev. de 2011.

Data de submissão: 05.05.2017

Data de aceite: 17.07.2018

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.